

## 22 A PRIVATIZAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DO CASO DO PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA

### THE PRIVATIZATION OF PROTECTED AREAS IN MINAS GERAIS: AN ANALYSIS OF PARQUE ESTADUAL DO IBITIPOCA'S CASE

Córa Hagino

*Professora da Faculdade de Direito da UFJF*

Carlos Dondici da Silva

*Estudante de graduação em Direito da UFJF*

Emily Caroline Rosa Coelho

*Estudante de graduação em Direito da UFJF*

Letícia Vieira Barros

*Estudante de graduação em Direito da UFJF*

Robert Carvalho de Souza

*Estudante de graduação em Direito da UFJF*

**Palavras-chave:** Conflitos socioambientais, unidades de conservação, privatização.

#### RESUMO

O Parque Estadual do Ibitipoca (PEIB), localizado no centro da Serra do Ibitipoca, possui cerca de 1.488 hectares, sendo administrado pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF) e classificado como proteção integral, conforme disposição do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Possuidor de belezas naturais, trata-se de um dos parques mais visitados do Estado de Minas Gerais, movimentando o comércio, o turismo e a economia local. Em vista disso, a pesquisa em questão possui como objeto os conflitos socioambientais ocorridos no PEIB, que tendem a se alargarem com a concessão à iniciativa privada. A presente pesquisa se faz de extrema importância, levando em consideração a necessidade de preservação das unidades de conservação para a atual e futuras gerações, bem como a promoção de empregos e renda à população do entorno. Para realizar tal análise, utilizamos a pesquisa qualitativa, que possibilita um maior controle de bias quando comparada com a modalidade quantitativa. Utilizamos análise documental, entrevistas semiestruturadas e não estruturadas com a população local e os turistas, funcionários do parque, além da

observação participante no Parque Estadual do Ibitipoca, principalmente nos feriados prolongados e finais de semana. Em relação à concessão à iniciativa privada, o Estado não seria mais o responsável pelas bilheterias e demais funções administrativas, no entanto, os objetivos dos particulares responsáveis pelo Parque podem afetar as relações sociais e ambientais, havendo risco na preservação da unidade. Assim, tem-se o problema de pesquisa, a saber: Como ocorreu o processo de concessão do Parque Estadual do Ibitipoca à iniciativa privada? Quais seus possíveis impactos no ambiente e no turismo local? Cabe destacar, também, que além dos conflitos e contradições entre o desenvolvimento econômico e a preservação das unidades de conservação, tem-se, ainda, conflitos que giram em torno da política pública ambiental da privatização dos parques. Tendo em vista que o projeto encontra-se em sua fase inicial, as conclusões ainda são parciais. A pesquisa empírica demonstrou uma pressão para que se aumente o número de turistas, além da desorganização no controle e na emissão dos bilhetes, dificultando a troca e o cancelamento de ingressos, o que pode ocasionar na extrapolação do limite de turistas fixado por dia. Ainda, na vila de Ibitipoca, percebe-se um aumento da especulação imobiliária e de construções, o que pode acarretar consequências prejudiciais aos moradores e agricultores locais. Outro ponto a ser destacado é a falta de infraestrutura da vila, com congestionamento e grande acúmulo de lixo nas ruas em épocas de feriados prolongados.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRASIL – SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília, DF, 2000.

REZENDE, Raquel Fernandes; VALLEJO, Luiz Renato. Parque Estadual do Ibitipoca, uso público e as repercussões no Arraial de Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte/MG. *Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação*. Niterói, RJ. Vol. 6, nº 10. 2018. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/uso\\_publico/article/view/29534/17155](https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/29534/17155). Acesso em: 12 nov. 2021

CARVALHO, V. do C. *Participação Social no Planejamento do Uso Público no Parque Estadual do Ibitipoca*, Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal – Lavras: UFLA, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati-Rio de Janeiro*. 2ªed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

IRVING, Marta de Azevedo (org). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius,

2006.

LEWICKI, Roy, GRAY, Barbara, ELLIOT, Michael. *Making sense of intratable environment conflicts: concepts and cases*. Washington: Island Pres, 2003.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2020.

REZENDE, Raquel. *O Entorno das Unidades de Conservação: Relações entre Atividade Turística e Uso do Solo no Arraial de Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte/MG*. Niterói, Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. 128 f

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Petrópolis, 2005.